

**Adaptações razoáveis e curriculares no contexto pandêmico: desafios do ensino remoto para alunos com necessidades educacionais especiais**

**Reasonable and curricular adaptations in the pandemic context: challenges of remote education for students with special educational needs**

Marcela Almeida de Paula <sup>1</sup>  
Luiz Felipe de Souza Barbosa <sup>2</sup>  
Nivânia Maria de Melo Reis <sup>3</sup>

**RESUMO**

O presente artigo pretende levantar indagações a respeito dos desafios enfrentados pelos alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais) durante o ensino remoto, situação advinda da pandemia da COVID-19. Neste contexto, a metodologia utilizada baseia-se em uma pesquisa bibliográfica e na coleta de dados, mediante a aplicação de um questionário *on-line*. Assim, com base nos materiais analisados, é possível observar as implicações pedagógicas do ensino remoto no cotidiano dos aprendizes com necessidades educacionais especiais e objetivar caminhos para que o processo de ensino-aprendizagem desses alunos seja efetuado de modo a alcançar melhorias. Além disso, o estudo realizado demonstra que diversas adaptações razoáveis, bem como as curriculares, são necessárias para que ocorra, de fato, a inclusão escolar.

**Palavras-chave:** Inclusão. Pandemia. Necessidades Educacionais Especiais. Adaptações curriculares. Adaptações razoáveis.

**ABSTRACT**

This study aims to raise questions about the challenges faced by students with special educational needs (SEN) during remote education, a situation that has arisen because of the COVID-19 pandemic. In this context, the methodology used is based on bibliographic research and data collection, through the application of an online questionnaire. From the analysis of materials, it is possible to observe the pedagogical implications of remote teaching in the daily lives of apprentices with special educational needs and to objectify ways for the teaching-learning process of these students to be performed in a better way. In addition, the study shows that several reasonable adaptations, as well as curricular adaptations, are necessary for school inclusion to occur.

**Keywords:** Inclusion. Pandemic. Special Educational Needs. Curricular adaptations. Reasonable adaptations

**Introdução**

A pandemia do vírus da COVID-19, no decorrer do ano de 2020, apresentou aos professores desafios inéditos no campo educacional diante do isolamento social imposto à

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Integrante do grupo de pesquisa ELinc. E-mail: [marcela.adp15@gmail.com](mailto:marcela.adp15@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: [lipesouzaop@hotmail.com](mailto:lipesouzaop@hotmail.com)

<sup>3</sup> Terapeuta ocupacional. Mestre em Educação. Professora Assistente IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Coordenadora de ações inclusivas da PUC Minas. E-mail: [nivaniameloreis@gmail.com](mailto:nivaniameloreis@gmail.com)

sociedade como medida preventiva. Ainda vivenciada atualmente, a pandemia revela a necessidade de práticas diferentes das que eram utilizadas anteriormente, como a modalidade de ensino. O sistema de ensino remoto, por aulas síncronas ou assíncronas, possui exigências particularizadas, principalmente para alunos com necessidades educacionais especiais, que necessitam, muitas vezes, de maior atenção em seu processo educativo.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem o intuito de identificar as dificuldades e possibilidades do ensino remoto, e pensar nas possíveis adaptações curriculares para atender às diferentes necessidades que possam surgir. Por conseguinte, faz-se necessário identificar quais apoios os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) requerem. Para tal, foi aplicado um questionário com perguntas referentes ao modo como o ensino remoto tem causado impactos no cotidiano desses alunos que, em sua maioria, relataram haver limitações e prejuízos na aprendizagem.

Diante disso, surgem inquietações aos pesquisadores, profissionais e instituições que atuam no campo da educação. Além de buscar compreender a visão de mundo dos sujeitos, faz-se necessário observar, além das dificuldades, as possibilidades, as singularidades e os anseios dos alunos com necessidades educacionais especiais, levando em consideração as características do contexto em que nos encontramos atualmente.

Assim sendo, este artigo apresenta aspectos primordiais para discussões que se referem ao processo de inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino remoto. Portanto, levando em consideração os desafios do ensino no contexto pandêmico, urge abordar como as adaptações razoáveis e curriculares influenciam as formas de pensar e agir em prol de uma educação inclusiva que garanta autonomia, protagonismo e independência aos alunos.

### **Necessidades Educacionais Especiais**

O termo Necessidades Educacionais Especiais (NEE) foi utilizado pela primeira vez no Relatório Warnock, trabalho realizado pela Comissão Britânica de Educação em 1978, que tinha como premissa oferecer uma educação especial aos alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem em seu processo educativo. De acordo com Lopes (2014, p. 744), a publicação desse relatório nos leva a abolir a rígida fronteira entre a “criança normal e a criança deficiente”, alertando que a escola não pode rejeitar aqueles que não se enquadram dentro dos parâmetros preestabelecidos de “normalidade”, devendo ser aberta a todos.

Tal afirmação nos faz questionar a forma como a sociedade concebe os alunos com NEE. Em diversas abordagens sobre a educação, existem relatos com referência à exclusão e à segregação das pessoas com deficiência que, muitas vezes, foram concebidas como loucas, incapazes e até mesmo como castigo de Deus. No entanto, apesar de ainda ouvirmos comentários e termos preconceituosos sobre as pessoas com necessidades educacionais especiais, existem leis e declarações que garantem os direitos dessas pessoas.

A Declaração de Salamanca (1994), documento promovido pelas Nações Unidas que defende a necessidade de uma pedagogia centralizada na criança, amplia o conceito de Necessidades Educacionais Especiais, apontando que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Desse modo, faz-se necessário compreender toda criança, jovem ou adulto que possua algum tipo de deficiência ou dificuldade de aprendizagem como um aluno com necessidades educacionais especiais, uma vez que o mesmo demanda uma maior atenção em seu processo educativo, temporária ou permanente.

Nessa perspectiva, Magalhães (2003), citado por Fernandes e Viana (2009), discerne sobre o conjunto de pessoas com NEE:

alunos com dificuldades de aprendizagem, problemas de comportamento, deficiência física sensorial (cegos, surdos e surdos-cegos), deficiência física não-sensorial

(paralisia cerebral, por exemplo), deficiência mental, deficiências múltiplas. [...] alunos com altas habilidades (superdotação) que necessitam de currículo diferenciado por sua superior capacidade de aprendizagem (MAGALHÃES, 2003 *apud* FERNANDES; VIANA, 2009, p. 308).

Partindo desse pressuposto, deve-se levar em conta a diversidade de características, singularidades e necessidades dos estudantes, para que o processo de ensino-aprendizagem seja desenvolvido de forma eficaz e significativa. Segundo Fernandes e Viana (2009, p. 317), o aluno com NEE já experimentou os mais variados fracassos acadêmicos, sentindo, muitas vezes, serem seus esforços inúteis e duvidando, frequentemente, de suas habilidades. Assim, diante de tantas dificuldades, é preciso viabilizar a inclusão dos alunos, processo que vai além de sua simples inserção na escola.

Dessa maneira, é importante que, para além de modificações atitudinais e estruturais, sejam realizadas adaptações razoáveis e adequações curriculares que garantam de fato a aprendizagem do aluno a partir do desenvolvimento de suas capacidades, partindo, assim, do atendimento de suas dificuldades de aprendizagem e necessidades especiais. Essas adequações, que devem ser realizadas coletivamente entre a escola, a equipe terapêutica/especializada e a família, são capazes de garantir a inclusão do aluno com NEE através do desenvolvimento de aspectos importantes para a sua vida, como a independência e a autonomia, que são essenciais para a realização de atividades cotidianas.

### **Adaptações razoáveis e curriculares**

Pensar em adaptações nos leva a discutir as adaptações razoáveis e as adaptações curriculares como requisitos primordiais para garantia de uma melhor qualidade de ensino aprendizagem das pessoas com NEE, garantindo equiparação de oportunidades. Isso posto, é importante pensar em algumas definições que dizem respeito a esse âmbito.

Adaptações razoáveis são adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais (BRASIL, 2015).

O currículo é um documento que carrega consigo importantes fatores sobre a organização do conhecimento. De acordo com Tomaz Tadeu da Silva (2013), o currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo. Ademais, o currículo é um documento que, figurativamente, possui vida. Ele não é estático e é, categoricamente, construído na realidade, na plenitude escolar. A pandemia de 2020 acarretou várias mudanças na vida de bilhões de pessoas. Impossibilitado o acesso às escolas, os professores e coordenadores foram obrigados a optar por novas ferramentas de ensino, por meio de aulas síncronas ou assíncronas, exigindo, dessa forma, uma adaptação a essa nova realidade mundial.

A prática pedagógica, então, acompanhou as tendências de excepcionalidade e sofreu mudanças drásticas. Logo, para adaptar-se a esse novo ambiente, foram necessárias flexibilizações nas práticas curriculares que possibilitassem que o aluno com NEE tivesse acesso aos conteúdos propostos. Portanto, é clara a necessidade de utilizar diferentes métodos para ensinar as disciplinas previstas e alcançar as habilidades detalhadas na Base Nacional Comum Curricular, surgindo, assim, a necessidade de objetivar adaptações curriculares.

O termo - adaptações curriculares - ainda é muito discutido no meio acadêmico, e é descrito de diferentes formas, tais como: adaptações curriculares, adequações curriculares, ajustes ou adaptações, flexibilizações curriculares, flexibilização/adaptação, diferenciação

curricular, acessibilidade curricular dentre outros. Porém, a escolha da utilização do termo adaptações curriculares no artigo se deve ao uso do mesmo em diversas obras de literatura da área de educação inclusiva, referentes ao processo de ajustar as possibilidades do ensino para que os aprendizes que possuam alguma necessidade educacional especial sejam atendidos de maneira satisfatória, com foco nas propostas descritas nos documentos curriculares, com a finalidade de tomar providências e remover obstáculos que dificultem certas demandas educacionais.

Ademais, podemos dividir as adaptações curriculares em duas categorias, sendo elas: Adaptações curriculares de grande porte e adaptações curriculares de pequeno porte.

Adaptações curriculares de grande porte: “[...] compreendem ações que são da competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, já que exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática etc.” (BRASIL, 2000, p. 9).

Enquanto isso, as adaptações curriculares de pequeno porte são descritas da seguinte forma: “[...] compreendem modificações menores, de competência específica do professor. Elas constituem pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula” (BRASIL, 2000 p. 9).

O site conceito.de apresenta conceitos sobre várias palavras da língua portuguesa. Na seção do site destinada a designar o significado da palavra adaptação, a página da internet apresenta o seguinte conceito:

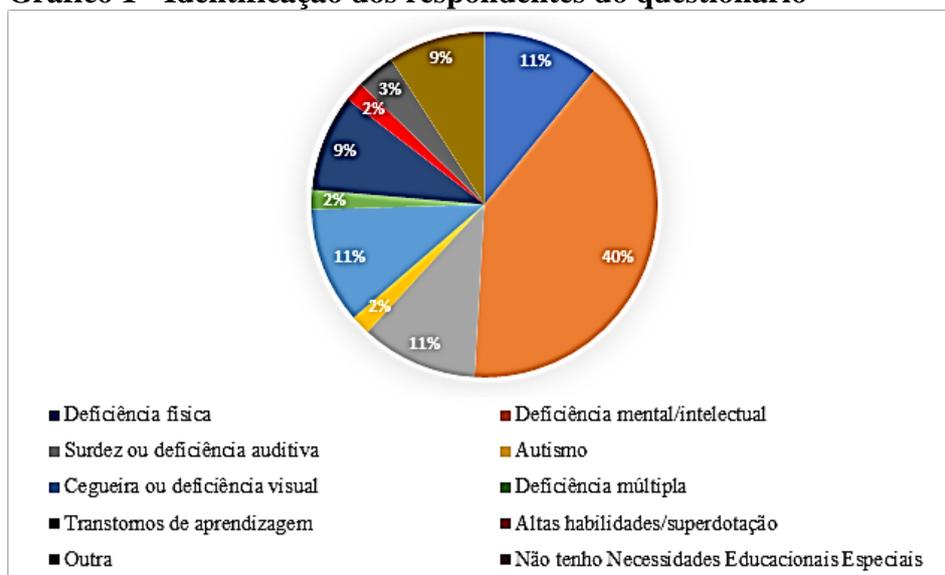
[...] a adaptação é fazer com que um determinado objeto ou mecanismo cumpra várias funções para as quais tenha sido concebido/construído [...]. Na pedagogia, a adaptação curricular é uma estratégia educativa geralmente dirigida a alunos com necessidades educativas especiais. Consiste em adequar os programas curriculares de um determinado nível educativo com o intuito de tornar os respectivos conteúdos mais acessíveis (CONCEITO, 2011).

Conseqüentemente, alguns termos que eram utilizados no campo educacional, tradicional e presencial, irão continuar no ambiente remoto, de maneira adaptada, ou reformulada, transformada. O sistema de ensino a distância apresenta demandas diferenciadas para o aluno com necessidades especiais, e esses procedimentos devem ser modificados devido à aplicação de ações que ajudem o aluno com NEE, tais como: modificar a ordem das atividades, aumentar o tempo para realização, adequar a forma de aula para estimular o foco nas atividades, providenciar dentro das tecnologias da informação e comunicação possibilidades para suprir os problemas relatados pelos aprendizes.

Algumas dessas demandas foram identificadas em nosso questionário *on-line*, possibilitando uma análise sobre as problemáticas ocasionadas pela distância entre o mediador e o aprendiz, que agora se veem conectados através das telas, com a utilização de recursos tecnológicos.

O questionário, aplicado por meio da plataforma digital Google Forms, teve um total de 55 (cinquenta e cinco) respostas, sendo que houve a participação de pessoas dos mais variados tipos de deficiência e/ou necessidades especiais, além de professores, pais e demais indivíduos que possuem algum vínculo com essas pessoas. Podemos observar tal variedade ao analisarmos o gráfico abaixo, que se refere à identificação dos respondentes do questionário.

**Gráfico 1 - Identificação dos respondentes do questionário**



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Levando em consideração o público atingido, nota-se como o termo necessidades educacionais especiais, explicitado no decorrer de todo o artigo, diz respeito à realidade de várias pessoas da sociedade. A fim de analisarmos como a pandemia tem influenciado a vida dessas pessoas, vejamos, a seguir, algumas respostas à pergunta “Você está tendo aulas ou realizando alguma outra atividade *on-line* durante a pandemia? Se sim, como tem sido utilizar as plataformas digitais?”

3. “*Sim, muita dificuldade, pois os professores não têm tempo suficiente para explicar. E nem outra forma substituir as aulas presenciais principalmente para quem tem dificuldade*”. (Transtornos de aprendizagem)

22. “*Não. Recebo material impresso da escola*”. (Deficiência mental/intelectual)

33. “*Sim. Está um pouco satisfatória. É o que tem nessa pandemia*”. (Surdez ou deficiência auditiva)

41. “*Sim. Excelente acessibilidade para mim, mas nem tanto para cegos e surdos*”. (Deficiência física)

46. “*Sim. Tem sido difícil. Tenho baixa visão e utilizar os dispositivos eletrônicos por muitas horas me dá muita enxaqueca*”. (Cegueira ou Deficiência visual)

Pode-se notar que, para algumas pessoas, o ensino remoto tem sido complicado, e para outras não há muitos obstáculos. No entanto, podemos observar alguns aspectos importantes de serem discutidos diante da realidade que nos encontramos a partir da análise de respostas referentes à terceira pergunta que norteou nossa pesquisa: “Quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelas pessoas com NEE durante o ensino remoto?”. Observemos abaixo alguns relatos.

1. “*Eu acredito que a pessoa com NEE ela não deve conseguir manter o foco por muito tempo, por questões externas como barulhos entre outros*”. (Não tem Necessidades Educacionais Especiais)

2. “*Dificuldade de concentração, dificuldade de entendimento dos motivos da aula não ser presencial, falta de interesse nesse tipo de relacionamento (on-line)*”. (Autismo)

4. “*Aula on-line não tem e aprender sozinho impossível*”. (Transtornos de aprendizagem)

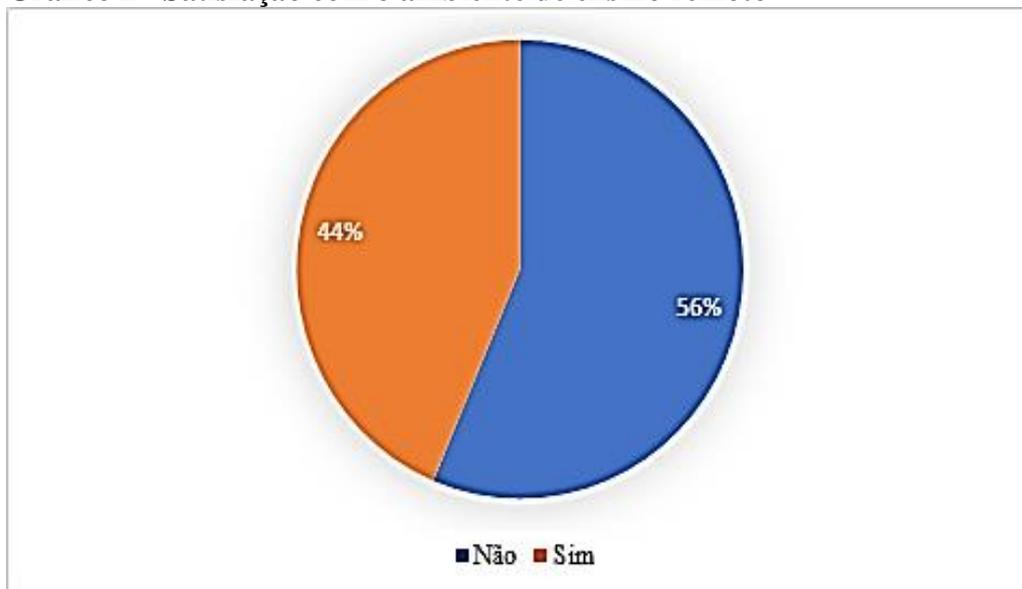
23. “*Concentração e falta de apoio e matérias fora do contexto*”. (Deficiência mental/intelectual)

30. “As explicações são muito rápidas”. (Deficiência mental/intelectual)  
33. “Às vezes a câmera de intérprete trava devido a conexão de internet e isso dificulta acompanhar a aula”. (Surdez ou deficiência auditiva)  
38. “Ter que mobilizar sua casa inteira para a nova rotina, como uma cadeira melhor, apoios e etc.”. (Deficiência física)  
45. “Sobrecarga de leituras”. (Cegueira ou deficiência visual)  
55. “Falta de concentração”. (Deficiência mental/intelectual)

Por se tratar de questões mais amplas, estas perguntas retrataram uma diversidade de realidades enfrentadas pelos indivíduos no contexto pandêmico. Enquanto alguns relataram não estar recebendo nenhum tipo de ensino ou acompanhamento especial, outros afirmaram receber várias vantagens no ensino remoto.

Assim, apesar de a maioria das pessoas terem respondido não à pergunta “O ambiente de ensino remoto é satisfatório para o seu aprendizado?”, nota-se certa estabilidade em relação à conformidade com o ensino remoto, que é a forma que podemos ter aulas atualmente, conforme explanado no gráfico abaixo.

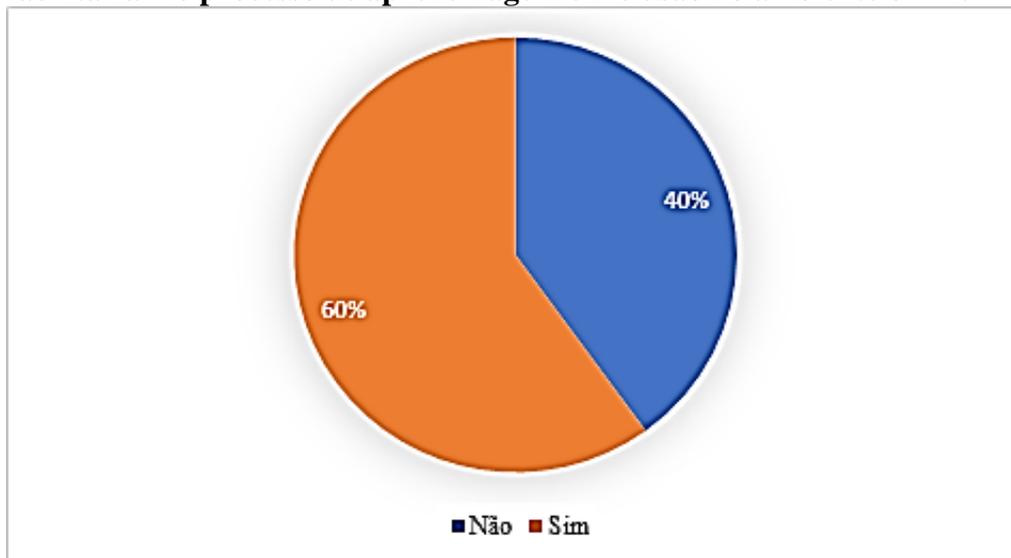
**Gráfico 2 - Satisfação com o ambiente de ensino remoto**



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Analisemos agora algumas respostas dos indivíduos referentes a adaptações fundamentais ao ensino remoto, mais especificamente no que diz respeito às adaptações curriculares e sua provável e consequente facilitação da aprendizagem para pessoas com necessidades educacionais especiais.

**Gráfico 3 - Percentual dos indivíduos que acreditam que adaptações curriculares facilitariam o processo de aprendizagem e inclusão no ambiente online**



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Averiguando o questionário, algumas respostas são direcionadas às possíveis adaptações curriculares e adaptações razoáveis.

A respondente 31 é professora e relata que a maior dificuldade enfrentada pelas pessoas com NEE durante o ensino remoto é “A adaptação dos planos de ensino”. Como a resposta anterior, o respondente 36 diz que a maior dificuldade são as “Atividades adaptadas”. As respostas do questionário na pergunta “Quais mudanças deveriam acontecer para melhorar o ensino remoto?” nos mostram que determinadas práticas pedagógicas melhoraram o ambiente remoto, tais como as relatadas por alguns indivíduos:

15. “As explicações tem q ser desenhos pro entendimento ser melhor” (Deficiência mental/intelectual)

19. “Tempo de gravação e conteúdos” (Deficiência Mental/intelectual)

21. “Atividades voltadas as especificidades de cada criança” (Deficiência Mental/intelectual)

23. “Matérias do cotidiano” (Deficiência mental/intelectual)

Um dos respondentes, 42, que se identificou como deficiente físico, relatou: “O modelo de aula padrão acabou para sempre. Alunos querem fazer seus próprios horários e hoje buscam aquilo que não podem encontrar no Youtube: *networking*, *workshops* assessorados, *lives* com profissionais renomados, *tecnologias* de eficiência do aprendizado. Nesta última, cito como exemplo o excelente sistema online da biblioteca da PUC. Nele você pode marcar o que lê e a marcação aparece em forma de “*fichas*” para releitura posterior. Sinceramente, eu queria ter acesso a esse sistema até após a formatura”.

Já o respondente 48, que se identificou como cego ou deficiente visual, alegou sobre os empecilhos do ensino remoto: “*Dificuldades de adaptação de material, nem todos os professores buscam o NAI para adaptar os materiais didáticos. E tem também os slides que nem sempre são acessíveis. Eu, por exemplo, uso um leitor de tela no computador para ler os textos em PDF ou Word, mas quando o material é digitalizado, tipo escaneado, o leitor não lê. Ai eu tenho que me esforçar para acompanhar*”.

Diante das respostas acima, realizadas, perceptivelmente, por estudantes da PUC Minas (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), nota-se a importância da adaptação. O NAI

(Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais), criado em 2004 pela PUC Minas, é um setor responsável pelo suporte didático-pedagógico aos alunos com necessidades educacionais especiais associadas às deficiências auditiva, visual, locomotora e aos transtornos de aprendizagem e comunicação e mostrou-se como um núcleo que busca a garantia dos direitos de pessoas com NEE, ao almejar a inclusão desses alunos através da adaptação de materiais didáticos ou da elaboração de planos de apoio pedagógico especializado, por exemplo.

Ações como estas garantem a acessibilidade e permanência de alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais no âmbito educativo. Entretanto, levando em consideração que o processo de adequação deve ser realizado em conjunto, o papel do professor como participante no processo de inclusão se faz essencial. Vejamos alguns relatos.

35. *“A professora do ano passado nunca nos procurou para tentarmos o ensino remoto”.* (Deficiência mental/intelectual)

47. *“Muita das vezes o professor não quer dar o tempo adicional que pode ser solicitado ao NAI com 3 dias de antecedência para realizar provas (esse tempo ajuda para quem possui NEE), a adaptação dos materiais, porque como é uma demanda muito grande fica difícil todo dia encaminhar pro NAI ou até nós mesmos tentar adaptar da melhor forma”.* (Cegueira ou deficiência visual)

52. *“Minha filha é quem está tendo as aulas. É um imenso desafio. Ela não consegue prestar atenção. Manter o foco. A professora não lembra da aluna com deficiência, explica muito rápido.”* (Deficiência mental/intelectual)

Assim, é evidente a importância de uma formação docente com qualidade e eficaz que, numa perspectiva humanista, compreenda as diversas abordagens educativas. Freire (1996, p. 24-25) afirma que é preciso que o formando, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Assim, é fundamental que sejam criadas possibilidades para a inclusão do aluno com necessidades especiais. Vejamos algumas respostas à pergunta “Alguma atitude dos seus professores ampliam o seu aprendizado? Quais?”

12. *“Sim. Todos os professores têm paciência comigo. Quando eu fico apertada com as atividades, eles aceitam ampliar o prazo de entrega de algumas atividades. Também quando eu tenho dúvida, a maioria dos professores têm paciência e explica de novo para eu entender melhor”.* (Surdez ou deficiência auditiva)

18. *“Sim quando entendem que precisa de um tempo”.* (Transtornos de aprendizagem)

23. *“Quando ensina com calma”.* (Deficiência mental/intelectual)

38. *“Sim, eles tentarem entender a gente e facilitar colocando tudo em lugares corretos”.* (Deficiência física)

46. *“Sim. Alguns professores se dedicam bastante para que eu consiga acompanhar as aulas, sempre me perguntando se está acessível, se precisa fazer mais adaptações, etc.”.* (Cegueira ou deficiência visual)

54. *“Sim, quando eles se dão conta que tem um aluno com NEE na turma e realmente se preocupam com isso já faz muita diferença”.* (Cegueira ou deficiência visual)

A partir de todos esses comentários, pode-se concluir que o processo de inclusão depende de um planejamento de toda a comunidade, que, em conjunto, é capaz de pensar e repensar nos diversos aspectos que precisam de adaptação, como os conteúdos, o processo de avaliação, as metodologias, as características curriculares, a prática pedagógica etc. Conseqüentemente, o professor, que é muito importante na definição de encaminhamentos em

conjunto, deve ser capaz de considerar as particularidades e necessidades, de forma a colaborar com a emancipação e o altruísmo de todos os seus alunos.

### **Considerações Finais**

A pandemia de coronavírus (COVID-19) enfrentada por todo o mundo na atualidade tem impactado veementemente a educação, o que revela ser imprescindível criar novas atitudes e ideias. No âmbito da educação inclusiva, os desafios são ainda maiores, uma vez que, muitas vezes, os alunos com Necessidades Educacionais Especiais necessitam de maior suporte nas aulas, atividades e acesso aos recursos. Assim, além das questões pedagógicas, diversos fatores têm sido impactados em virtude do isolamento causado pela pandemia da COVID-19.

Permeando todo esse cenário, o estudo realizado demonstrou que, diante de tantos desafios enfrentados, pessoas com necessidades educacionais especiais têm apresentado dificuldades no ensino remoto, mas têm conseguido superar com algum esforço. Constatou-se que, para o ensino remoto, é imprescindível que sejam garantidas adaptações razoáveis, ajustes e adaptações metodológicas, curriculares, e outras que dizem respeito à prática docente, à acessibilidade e à inclusão escolar. Com a análise de bibliografias e dos dados obtidos no questionário realizado, foi possível notar que a educação, que deve ser para todos, enfrenta dificuldades neste quesito.

Dessa maneira, fica claro o dever da sociedade e da comunidade escolar em pensar na garantia de direito de todos à educação e, para garantir a equidade, levar em conta as singularidades de cada um no processo educacional inclusivo. É fundamental que todos se envolvam em prol da inclusão para que a mesma se concretize. Necessário se faz ressaltar que, para além de suas dificuldades e limitações, as pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais possuem capacidades e potencialidades e, além disso, precisam ser acolhidas em suas demandas, para uma real aprendizagem e garantia de equiparação de oportunidades.

### **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, M. A. *Adaptações curriculares para alunos com deficiência intelectual: das concepções às práticas pedagógicas*. 2019. 259 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Saberes e Práticas da Inclusão: Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais*. Brasília. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf> . Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais*. Brasília. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha05.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 7 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 30 mar. 2021.

CONCEITO DE. Disponível em: <https://conceito.de/adaptacao> Acesso em: 30 mar. 2021.

FERNANDES, Tereza Liduina Grigório; VIANA, Tania Vicente. Alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs): avaliar para o desenvolvimento pleno de suas capacidades. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 305-318, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/2051>. Acesso em: 20 mar. 2021

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

LOPES, Silmara Aparecida. Considerações sobre a terminologia alunos com necessidades educacionais especiais. *Revista Educação Especial*, v. 27, n. 50, p. 737-750, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/13355/pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

SCHERER, Renata Porcher. “*Cada um aprende de um jeito*”: Das adaptações às flexibilizações curriculares. 2015. 173 p. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 153 p.

UNESCO. *Declaração de Salamanca*. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 20 mar. 2021.